

ROSANGELA MORO

OS DIAS

MAIS

INTENSOS

Uma história pessoal de

SERGIO MORO



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

AS HORAS QUE ANTECEDERAM



Planeta

A terceira semana do mês de abril de 2020 teria sido uma daquelas de que mais gostaríamos, com a família toda reunida, não fossem os acontecimentos que se seguiram. Desde que Sergio assumiu o trabalho em Brasília, nós passamos a aproveitar os fins de semana, quando ele voltava a Curitiba, para fazer programas em conjunto – desde assistir a um filme, visitar familiares, amigos próximos ou simplesmente ficar em casa, mas juntos.

Meu marido sempre adorou estar na companhia dos filhos – que não são mais crianças, mas também não são adultos –, e sentia certa dose de culpa por se ausentar a semana inteira, então a prioridade dele era que nos reuníssemos quando ele retornasse para casa (o que sempre pôde fazer, com exceção de apenas um ou dois fins de semana). Claro que, aproveitando-se dessa vulnerabilidade paterna,

nossos filhos ditavam as regras, desde a qual filme ou série assistir até que tipo de comida fazer ou a qual restaurante ir. Sergio e eu ficamos reféns da programação deles, mas sempre felizes.

A correria do dia a dia de estudantes com pais que trabalham bastante – Moro ficando em Brasília, geralmente, de segunda a sexta-feira; eu indo e vindo a Brasília com alguma frequência também – pedia fins de semana de repouso, e naquele mês, com o feriado de Tiradentes caindo na terça-feira, nós tínhamos a presença de Sergio em casa por mais tempo, o que nos permitiu um domingo inteiro de conversas ao redor da mesa, brincadeiras com o cachorro, leituras, maratona de séries e entretenimento familiar.

Durante aquele fim de semana, porém, eu havia percebido que algo sério o incomodava. A nossa relação de vinte e um anos de casados vem me permitindo identificar, cada vez mais, os sinais de fumaça que o deixam apreensivo e reflexivo – e, olha, com toda a discrição consolidada nas missões como juiz, garanto que não foi fácil. Ano a ano, construímos valores conjuntos e confiança mútua, o que nos fez chegar ao ponto de saber quando *habemus* problemas, e tenho orgulho da solidez de princípios com os quais criamos nossa rotina e nossos filhos. A peça principal dessa engrenagem sempre foi a transparência, marca registrada de Sergio, seja na vida privada, seja na vida pública. E, apesar de meu marido ter um estilo reservado e discreto, nunca houve segredos entre nós. Moro, porém, sempre demorava a admitir os incômodos do dia a dia no Governo, segundo ele, para não atrapalhar os momentos tão fugazes e felizes vividos nos fins de semana.

E foi assim também no feriado de 21 de abril, até que, diante da minha ansiedade e de muita insistência, Sergio foi aos poucos me confidenciando o fato de o Presidente da República estar ressuscitando o fantasma que, desde agosto de 2019, meu marido tentava manter sepultado: a troca, sem motivos, do Diretor-Geral da Polícia Federal (PF).

A direção da Polícia Federal era um tema que, volta e meia, ressurgia na pauta do Presidente, pois lhe incomodava o fato de o Diretor-Geral não ser alguém da sua rede de confiança. A mim parecia que o Presidente não confiava no Ministro Moro. Bolsonaro insistia na troca, com o argumento de que precisava de um diretor com o qual tivesse mais afinidade, talvez para tangenciar o Ministro. E, naquele fim de semana ensolarado de Curitiba, Sergio sentia que a tentativa de

troca no comando – o que até então era uma probabilidade – iria, de fato, se concretizar. Em outras situações, meu marido já havia se decepcionado com as decisões do Presidente, como, por exemplo, quando Bolsonaro não lhe deu ouvidos na nomeação do importante cargo de Procurador-Geral da República, quando não vetou artigos introduzidos pela Câmara no projeto de Lei Anticrime e que prejudicavam o combate à corrupção, e ao enviar o Coaf para outra pasta (Economia). Sergio, porém, sabia que a prerrogativa era de Bolsonaro, ao mesmo tempo que tinha conhecimento de que aquelas eram situações pontuais e que ele tinha condições de seguir em frente. Não lhe cabia opção a não ser respeitar as decisões do Presidente. Era ele, Bolsonaro, o detentor do mandato e Moro tinha consciência disso, mesmo sendo cobrado diuturnamente pela imprensa e pela sociedade.

Notei que Moro, sempre defensor da autonomia e da independência da Polícia Federal – o que, desde o princípio, era sabido por Bolsonaro –, estava realmente preocupado naquela véspera de feriado. Quando meu marido está apreensivo, ele não se concentra em nada e, mesmo na nossa presença, parece voar longe. Mais que isso, ele estava abatido e profundamente decepcionado.

Eu o escutava sobre o que se referia às atividades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mas, como não trabalho nesse segmento, geralmente eu não dava palpite; por ser formada na área, porém, sei compreender os argumentos e as possibilidades legais. Contudo, no meu íntimo, eu sabia que o “casamento” – para usar as palavras do Presidente – poderia estar chegando ao fim.

Conforme mencionei anteriormente, Moro confidenciou a mim que o fantasma estava sendo ressuscitado – e, dessa vez, com toda a sagacidade. Ele já havia tido algumas decepções que o impediram de alcançar melhores resultados para a sociedade, mas seguiu em frente, tendo em vista que a sua missão era servir ao país. Sergio não se abalava, e seu plano era implementar avanços na agenda anticorrupção e anticrime organizado e violento.

Na esteira desse sentimento de que a batalha por fazer a coisa certa poderia estar chegando ao fim, meu marido embarcou de volta a Brasília na manhã do dia 21. Eu fiquei aflita, meu coração estava acelerado e considerei acompanhá-lo, mas naquela semana a minha presença ao seu lado seria impossível e impraticável, diante da urgência

dos processos judiciais que me aguardavam em meu escritório. Além disso, eu estava assustada com as consequências da pandemia do novo coronavírus e achei melhor ficar em casa, cumprindo o distanciamento social com nossos filhos, na certeza de que estar ao lado deles também tranquilizava Sergio. Nós, adultos, nos viramos sempre e ficamos longe se preciso for, mas nosso coração se tranquiliza se ao menos um de nós dois permanecer na companhia dos filhos.

Acordei no dia 22 também com uma sensação ruim, aquele sexto sentido que não costuma falhar. Como sempre faço todas as manhãs, fortaleci minhas preces e pedi a Deus que iluminasse os nossos caminhos e as nossas decisões. A não ser pelo distanciamento social imposto pela pandemia, segui, sem sobressaltos, minha rotina naquela quarta-feira. Pela manhã, mal consegui falar com Sergio. Ele estava na reunião ministerial, aquela que, tempos mais tarde, tornou-se pública.

No dia 23, já comecei a receber muitas ligações de jornalistas e de curiosos para saber o que Moro faria, pois havia vazado na imprensa que o Diretor-Geral da Polícia Federal seria exonerado pelo Presidente. Como sempre, respondi que nada sabia, pois meu marido nunca me adianta nada e porque eu não interfiro nas decisões dele. Quando ele quer conversar estou sempre a postos, mas não me meto – e, nesse caso, eu só vim a saber de sua decisão na madrugada do dia seguinte.

Eu tentava contato. Naquela quinta-feira, ainda mais apreensiva ao saber dos desdobramentos que se davam a cada minuto, já noticiados de alguma forma pela mídia, enviei ao meu marido dezenas de mensagens, via aplicativo de celular, mas ele, imerso no turbilhão de decisões que se impunham, mal me respondia.

No meio da tarde, ainda no dia 23, entre reuniões (agora virtuais), eu liguei para Moro. Logo no início da conversa, percebi que o tradicional tom leve, e até brincalhão, com o qual ele sempre falava comigo havia sido substituído por uma profunda tristeza. Ele comentou que o Presidente estava irredutível. Sobre a reunião ministerial do dia anterior, Sergio nada me falou. Sempre muito discreto, nunca falou mal de nenhum dos integrantes do Planalto, e foi um fiel escudeiro no tempo em que lá esteve.

Meu marido me pareceu meio atônito, pois entendia ser preciso tomar uma decisão. Ele me disse que teve uma agenda com

Bolsonaro no dia 23, com quem conversou pessoalmente naquela mesma manhã. Até então, Sergio ainda tinha a esperança de que Bolsonaro acatasse seu conselho ou, alternativamente, ajustasse uma escolha para a continuação do trabalho de Valeixo. Moro apontou como sugestão, segundo a hierarquia, o Delegado Disney Rosseti, então Diretor Executivo da Polícia Federal. No entanto, pelo que ele me confidenciou, o Presidente tinha outros planos.

Após a reunião com Bolsonaro, Moro falou com os Generais Palacianos, chamados de “bombeiros” porque, como pessoas ponderadas e próximas ao Presidente, sempre entram em cena quando há a necessidade de apaziguar relações ou diminuir a temperatura das crises. Os bombeiros aconselham o Presidente quando, é claro, ele permite ser aconselhado.

Moro me falou que havia demonstrado aos generais não ver mais sentido em permanecer no Governo se a mudança se concretizasse. Ele abandonara a magistratura porque acreditava poder evoluir com mudanças na lei de combate à corrupção, porém, as condições de trabalho de que ele precisava não estavam mais asseguradas. Não se tratava apenas da troca do Diretor da PF, mas de uma série de decisões anteriores que colocavam em dúvida o compromisso do Governo com a sólida agenda anticorrupção.

Moro falou para Bolsonaro que se via, então, obrigado a deixar o Governo. Do contrário, seria o mesmo que alguém impor ao Presidente descer goela abaixo algum Ministro de Estado. Se Bolsonaro não pode trabalhar com a própria equipe e mostrar os resultados que pretende, Moro também não podia. Há outras situações nas quais o Planalto não deu autonomia a Ministros: antes do Sergio, aconteceu com Mandetta; depois, com Teich, e até mesmo com Regina Duarte.

Apesar de ter sido quase bloqueada no WhatsApp, o esgotamento ainda não havia me dominado. Enquanto participava de uma videoconferência com o pessoal do escritório, li diversas notas que pipocavam na imprensa, pois eu só queria saber como meu marido estava lidando com a situação. A única resposta dele em meio à tempestade foi: “Não se preocupe, estou sereno”.

No fim do dia 23 de abril, ao observar o entardecer da minha janela, em Curitiba, lembrei-me do quanto Moro já havia me falado a respeito das dificuldades que enfrentava no Governo, especialmente

sobre o abandono da agenda anticorrupção e também da tentativa frustrada de a pasta da Saúde implementar um plano nacional de contingência contra o novo coronavírus. Embora eu me esforçasse para demonstrar o contrário, já havia algum tempo eu me sentia desconfortável com a atitude do Governo Federal diante da pandemia da Covid-19.

Como uma legítima esposa insistente, tentei contato com meu marido muitas outras vezes naquela noite do dia 23, mas ele não me atendeu. Moro tem uma particularidade a qual invejo: mesmo diante das situações mais tensas, ele sempre consegue se desconectar, nem que seja por poucos instantes, para retomar a conexão com os fatos reais, com foco total. Eu não sou assim. Em momentos tensos, desconnecto somente quando a exaustão me domina.

Ainda à noite, muitos tentaram contato comigo e com pessoas próximas a mim, a fim de que eu interferisse nas decisões do Sergio. Aliás, me causa surpresa saber que cargos palacianos moviam esforços para dissuadir Moro da decisão de deixar o Governo quando o próprio Planalto estava fritando Sergio.

O fato é que, na minha opinião, Bolsonaro não queria mais Moro no Governo. O que parecia um ímã passou a ser um polo oposto. O Presidente, como chefe de Estado, poderia simplesmente ter dispensado Sergio Moro. No entanto, isso faria o Planalto perder capital político, o que obviamente não interessava. Sergio tem um capital político que incomoda a muitos.

Moro foi surpreendido na madrugada do dia 24 com a exoneração “a pedido” do Diretor-Geral da PF. Moro não assinou isso. O Planalto exonerou o Diretor-Geral sem que Sergio, a quem o Diretor-Geral era subordinado, desse sua concordância.

Quando o Presidente trocou o Diretor-Geral sem a concordância de Moro, meu marido sentiu-se obrigado a deixar o Governo.

Na manhã do dia 24, Moro pronunciou sua despedida do Governo Federal. Ao afirmar que não podia comprometer a sua biografia, o que ele quis dizer foi que é um homem da lei, tendo sempre feito uso dela para pautar a sua atividade. A lei obriga o trato da coisa pública com critérios técnicos. Valeixo era para Moro uma escolha técnica. Para meu marido, a lei está sempre acima de tudo e deve ser aplicada a todos, indistintamente. Não fosse essa a sua postura, não teria sido sentenciado pela condenação de tantas outras

pessoas poderosas no decorrer da primeira instância da Operação Lava Jato.

Essa é a razão de eu ter afirmado, em minhas redes sociais, que não poderia esperar outra atitude ética dele. Ele tomou a sua decisão e desagradou muita gente, mas penso que quem defende a Lava Jato e, ao mesmo tempo, critica a saída dele do Governo pode estar sendo injusto. Em contrapartida, aqueles que compreendem o que é a Lava Jato sabem que ele não poderia ter agido de outra maneira.

Às 17h do dia 24, assisti ao pronunciamento do Presidente. Ele falou a respeito do aquecimento solar da piscina e sobre o fato de a sogra não haver feito plástica, além de informar à população que o cardápio das refeições palacianas havia sido reinventado e que um de seus filhos namorava meninas do condomínio.

No que se refere a Moro, ouvi no pronunciamento, juntamente a todo o Brasil (porque em rede nacional), aos 25 minutos e 57 segundos, aproximadamente, o seguinte: “E mais, já que ele falou em algumas particularidades, mais de uma vez o senhor Sergio Moro disse para mim: ‘Você pode trocar o Valeixo sim, mas depois que o senhor me indicar em novembro para o Supremo Tribunal Federal’”.

Fiquei decepcionada. Eu conheço a índole do meu marido, sei que ele não aceitou o cargo de Ministro de Estado condicionado à vaga no Supremo. Sei que ele jamais agiria de tal maneira. Acredito, em meu íntimo, que Bolsonaro jamais o nomearia. Acaso Moro quisesse a promessa de ser nomeado para a Corte, teria simplesmente aceitado a substituição do Diretor-Geral da Polícia Federal da forma que o Presidente queria. Também não posso deixar de registrar que compartilho do pensamento do Sergio e acho que o mais apropriado é discutir a vaga do Ministro Celso de Mello somente após a aposentadoria dele.

A maneira de Sergio provar que jamais barganhou vaga no Supremo ou em qualquer lugar foi mostrar as mensagens que a deputada Carla Zambelli endereçara a ele, as quais reproduzo a seguir apenas porque esse assunto foi levantado pelo Presidente: “Por favor, Ministro, aceite o Ramagem. E vá em setembro para o STF. Eu me comprometo em ajudar, a fazer o JB prometer”.

Ao que ele respondeu: “Prezada, não estou à venda”.

Sergio precisava se defender e enviou as mensagens à imprensa.

Bolsonaro disse em alto e bom som, em rede nacional, que Moro condicionou aceitar a troca do Diretor-Geral à sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, e Sergio viu naquelas mensagens de Carla Zambelli a possibilidade de defender-se.

Sergio não foi traidor. A deputada também não o traiu, porque não lhe devia lealdade. Seu dever de lealdade é para com seus eleitores e as bandeiras que ela defende diante destes. E ninguém melhor do que seu eleitorado para julgar seus atos.

Voltando ao dia 23, mal dormi naquela noite, tamanha era a preocupação com o momento decisivo vivido por meu marido, sem falar no fato de eu estar fisicamente longe e impedida de fortalecê-lo com um abraço. Passei a madrugada refletindo sobre tudo o que acontecia e, ainda sentada no sofá da sala, vi o dia amanhecer.

Eu lhe enviei as melhores vibrações possíveis, mas a madrugada escura acendeu a luz definitiva: o Diário Oficial da União trazia a exoneração de Maurício Valeixo, sem que dela Moro tivesse sido avisado.

Às 6h23, Sergio me mandou a seguinte mensagem: “Vou dar uma coletiva às 11h explicando os fatos e a minha saída”.

Ele tinha tomado uma decisão. E era irreversível. Para mim, diante daqueles fatos e da realidade não contaminada pela narrativa política, era o único caminho eticamente aceitável.

Deixar o Governo cabia exclusivamente ao meu marido, mas confesso: vê-lo abrir mão do cargo para não ceder a suas convicções só fez aumentar ainda mais a minha admiração por ele. Eu acho constrangedor ver como algumas pessoas perdem a essência na disputa por cargos, matam seus valores e dignidade. Graças a Deus, nós não fomos criados assim.

Desliguei meu telefone, dormi uma ou duas horas e às 11h estava em frente à televisão para ouvir o pronunciamento de despedida de Sergio Moro.

Estávamos ainda mais unidos. A decisão implicava o início de um novo capítulo de nossa vida, iniciada há mais de duas décadas, quando uma jovem estudante de Direito se apaixonou pelo professor...



**A PRIMEIRA IMPRESSÃO
NÃO É A QUE FICA**

Planeta

A Faculdade de Direito de Curitiba era uma das mais tradicionais em meados de 1990, na qual orgulhosamente ingressei em 1992, após duas fases de processo seletivo para a graduação, que duraria cinco anos, porém nem tão certa de que Direito era o curso ideal para mim. A instituição era gigante pela qualidade dos professores que lecionavam, mas pequena se comparada à estrutura física da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, que também ofertavam bacharelado em Direito naquela época.

Formavam-se por ano somente cem alunos, divididos em dois semestres. A cada ano, portanto, havia somente duas turmas, separadas pelo critério alfabético. Eu sempre fui da Turma B. Cursei dez semestres intensos e procurei fazer estágios com duração de seis

meses cada, diversificados por áreas, até me identificar com alguma, o que aconteceu com o Direito Público.

Uma das tradições que agradavam os formandos eram as chopadas, oferecidas pelos professores homenageados, para comemorar informalmente a formatura dos alunos, bem como os vínculos de amizade que eles estabeleciam conosco. Os docentes sempre iam aos churrascos e festas que as turmas faziam.

É certo dizer que, no último semestre, era preciso segurar a ansiedade das festividades para garantir a média mínima de sete pontos e a frequência inegociável de 75%. Eu estudava à noite e as aulas tinham início às 19h30, mas algumas delas excepcionalmente começavam às 18h50. Foi o caso da aula de Direito Constitucional de Habilitação Específica, ministrada às sextas-feiras, a qual passei a cursar no segundo semestre de 1996. A essa altura, eu já trabalhava o dia inteiro e ia direto para a faculdade. Por algum motivo de saúde do professor titular de Direito Constitucional, a turma ficou sem aulas dessa matéria por volta de três semanas até que o novo professor assumisse, já que o originalmente previsto não retornaria naquele semestre.

A cada sexta-feira, extraoficialmente, ficávamos sabendo se o professor licenciado havia sido substituído e se teríamos aula. Até o quadro ser repostado, eu chegava para a segunda aula, que iniciava em torno das 21h, o que me dava tempo de ir para casa, tomar banho e jantar.

Em uma dessas sextas-feiras, a faculdade designou algum professor interino, que fez a chamada para a consignação da frequência justamente quando eu não estava. Isso não teria sido problema se ele não tivesse lançado como falta as aulas retroativas: aquelas que não foram dadas porque o professor titular estava licenciado. Com isso, em uma canetada só eu levei doze faltas. Era o limite máximo. Uma falta a mais e eu seria reprovada.

A faculdade levava a sério o cômputo da frequência e, uma vez registrada uma ausência, conseguir uma retificação era missão quase impossível. Seria mais fácil ter uma audiência com o Papa do que lograr êxito em uma alteração de frequência pela Secretaria. Ou seja, ninguém poderia me ajudar com esse problema, o que me restava tratar o assunto diretamente com cada professor.

Surge então Moro, recém-contratado, para assumir a cadeira de Direito Constitucional. Apresentou-se. Era juiz federal, graduado

pela Universidade Estadual de Maringá e Mestrando em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Tinha um sotaque característico do interior. Não revelou a idade, mas percebemos que era alguém muito novo. Caso se sentasse em uma das carteiras escolares destinada aos alunos, passaria por um de nós e ninguém diria o contrário.

Já na primeira aula, ele nos deu intensas referências de decisões da Suprema Corte Norte-Americana, berço do controle de constitucionalidade, que no Brasil é manejado principalmente pela Ação Direta de Constitucionalidade (ADI). Seria um semestre difícil. Que pesadelo! A turma estava assustada com o nível de exigência do professor. Todos pensando na formatura, em vestidos, festas e comemorações, e Moro despejando na classe jurisdição constitucional em nível máximo.

Encerrada a aula, fui falar com ele. Expliquei o que havia acontecido e indaguei se poderia retificar as minhas ausências, ou parte delas, porque eu estava no limite máximo de faltas e realmente eu achava injusto não haver aula e ter ausência registrada. Também, se ficasse doente ou se apenas me atrasasse em data futura, eu estaria sumariamente reprovada.

“Prezada, é só não faltar mais”, foi tudo que ouvi.

Não saberia descrever o ódio que senti. Não houve argumento exitoso.

A partir de então, eu era uma das primeiras alunas a chegar para assistir à aula mais densa de Direito Constitucional que um graduando sonharia ter àquela época. As provas eram difíceis e eu estudava intensamente para não reprovar. Passei, mas com nada além dos sete pontos mínimos.

A formatura aconteceu em janeiro de 1997. Os professores eram convidados para as festividades, mas não lembro se ele participou ou não. Naquela época, eu namorava outra pessoa havia uns dois anos, que foi a minha companhia para as comemorações.

Também não me recordo da data exata, mas uns seis ou oito meses após a formatura encontrei Moro e um amigo em um barzinho onde eu tinha ido com uma amiga. Conversamos e demos risada, recordando o episódio. “Professor, o senhor foi injusto comigo”, eu lhe disse. Ao que ele respondeu: “Eu não sou mais seu professor”.



O DIA DO SIM

Planeta

Em novembro de 2018, Moro – ainda juiz – viajou ao Rio de Janeiro a fim de conversar com o Presidente eleito, que lhe formalizaria o convite para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sergio contava com vinte e dois anos de magistratura desde que ingressara na carreira por meio de concurso, que tem fases eliminatórias as quais englobam provas escritas e orais, e uma etapa classificatória que considera os títulos acadêmicos dos candidatos. Sergio passou logo na primeira vez que se submeteu ao certame, no ano de 1996 – tarefa árdua e que envolveu muita dedicação. Quando o conheci ele já era juiz; logo, não participei dessa fase de preparação.

Ao mesmo tempo em que a Constituição Federal assegura algumas garantias aos magistrados, ela não permite ao juiz que se dedique a nenhuma outra atividade, exceto a de professor. Não havia,

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

portanto, nenhuma possibilidade de Moro obter uma licença de seu cargo, trabalhar no Governo e voltar às suas atividades. Se ele aceitasse o convite, sabíamos que seria um caminho sem volta.

Financeiramente, a carreira de juiz gera discordâncias. Os que comparam os subsídios de um juiz aos da maioria da população consideram-no pertencente à elite; já os que equiparam-no aos altos cargos da iniciativa privada, avaliam sua remuneração como não tão boa assim. No entanto, o fato é que ninguém pode ser admitido no serviço público no afã de ganhar dinheiro e angariar riquezas, pois o lugar para fazer fortuna é na vida privada. Quem ingressa nessas carreiras o faz por vocação ou, no máximo, pela estabilidade que o cargo oferece; jamais para acumular fortuna. Aqueles cujo intuito é enriquecer no serviço público podem, cedo ou tarde, acabar presos — porque com dinheiro público, patrimônio público e interesse público não se brinca.

Moro e eu conversamos muito a respeito de um eventual aceite dele para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pois essa decisão impactaria radicalmente na nossa vida familiar. Não se tratava apenas de ele morar em Brasília nos dias de semana ou de nós todos, eventualmente, nos mudarmos para lá. Não dizia respeito apenas ao fato de eu abrir um braço do meu escritório naquela cidade, o que até facilitaria minha vida profissional quando atuasse na esfera recursal. Sabíamos que, se meu marido assumisse, ele iria a fundo no combate ao crime organizado e violento e que nossa quase inexistente liberdade estaria, de vez, aniquilada. Sabíamos também que vozes se ergueriam para dizer que a Operação Lava Jato tinha viés político e que Moro a teria usado como escada para crescer politicamente — o que nunca foi verdade.

Tínhamos a consciência de que a nossa escolta deveria ser mantida. Eu já rezava para que ele tivesse a oportunidade de sair da 13ª Vara Criminal para estudarmos fora, ou que fosse transferido a outra vara na qual poderíamos ter uma vida mais normal. No entanto, ainda assim eu concordaria, porque nunca quis carregar o peso de vê-lo frustrado por alguma decisão só para me agradar. Nossa família vivia com muitas restrições, mas todas foram superadas por meio de ajustes.

Assumindo o Ministério, sabíamos que escolta e segurança pessoal seriam mais do que nunca indispensáveis, pois Moro não brinca

em serviço e não poupa ninguém no que diz respeito ao alcance da lei. Ele não poupou nem o seu cargo de Ministro.

Ao contrário do que muitos pensam, sair às ruas escoltado não tem nada de vantajoso. Nós aderimos à escolta em virtude da criminalidade enfrentada por ele desde quando era juiz, e ela seria mantida após sua ida ao Ministério. Uma chatice necessária, como eu costumo dizer.

Enquanto no Governo, nesta fase mais recente, a equipe de escolta foi sempre profissional, apta e muito bem treinada para nos proteger, todos corteses e atenciosos. No entanto, há um constrangimento duplo: o de quem faz a escolta e o de quem é escoltado. Muitos profissionais eram necessários para que pudéssemos ser escoltados vinte e quatro horas por dia em Curitiba, considerando que três dos integrantes da nossa família tinham agendas e rotinas diferentes. Havia um rodízio, mas a equipe como um todo era uma constante. E nesse grupo, claro, convive-se com todos, mas desenvolvem-se afinidades com alguns mais do que com outros.

Destaco meus elogios para a Rô, a quem todos os meus amigos conheceram e adotaram como se fosse amiga deles. Ela era cuidadosa, eficiente e estava sempre pronta, abdicando da companhia da própria família para cuidar da minha. Um ato extremo de gentileza da parte dela foi quando ouviu uma conversa entre mim e minha filha, que estava com dificuldade de comprar determinado livro dado como tarefa de leitura em sua atividade acadêmica. A Rô, discreta e carinhosamente, achou o livro em um sebo, o comprou e o entregou para minha filha. Ela fazia o seu trabalho da maneira técnica mais correta possível e com uma empatia ímpar.

Com muita insistência, eu consegui que me disponibilizassem um carro blindado para ter um pouco mais de liberdade. Claro que usar escolta e segurança interfere na privacidade, mas, para mim, a grande dificuldade foi perder a minha mobilidade. Isso facilitaria minha vida e agenda porque trinta minutos de espera no decorrer do dia equivalem a um tempinho para atravessar a rua e fazer as unhas, por exemplo. Alterar a programação envolvia uma logística que, às vezes, levava mais de trinta minutos para implementar. Nós já sustentávamos duas casas e não cabia no nosso orçamento a compra e manutenção de um carro blindado, cujo preço equivale ao de dois – despesa que nós não podíamos assumir. Eu sempre tive consciência

de que os profissionais da equipe não eram meus empregados e eu não os tratava como tais. Nunca fiz isso. Ninguém carregava minhas malas ou minhas compras. Claro que, por serem gentis, auxiliavam quando algo era pesado, mas eles não estavam conosco para isso. Aliás, esses profissionais precisam mesmo manter suas mãos livres para poder agir de prontidão em caso de necessidade, o que graças a Deus jamais aconteceu.

Eu me sentia constrangida por usar escolta porque não me acho melhor do que ninguém para ter essa comodidade. Nossos filhos não merecem mais proteção do que os filhos das outras pessoas. Todos nós podemos ser vítimas de assaltos e de violências. No entanto, o fato é que Moro virou alvo de muitos inimigos em função de uma atividade institucional. Ele prendeu bandidos, enfrentou facções criminosas e indivíduos poderosos que poderiam se vingar. Não se tratava de ter medo de assalto, como de fato todos temos, ou de recear sofrer constrangimento com *haters*. A preocupação era pelo fato de meu marido ter saído da sua zona de conforto enquanto parte de uma engrenagem estatal para o bem da sociedade, e isso eu tive que aceitar.

Há aproximadamente dez anos, aprendi a conviver com escolta e equipe de segurança. Você vai a um restaurante e não pode escolher a qual mesa quer se sentar, porque é preciso que seja aquela estrategicamente mais bem posicionada. Se vai a um show, ou disfarça-se ao extremo ou acaba virando atração, diante do tamanho da equipe que o acompanha. No mercado, todos conferem o que você está comprando, tiram fotos e publicam. Eu mudei hábitos, me adaptei e passei a fazer uso de serviços de entrega domiciliar, pois não gosto de ver pessoas julgando o que há em meu carrinho de compras para, depois, divulgar nas redes. Nem à praia íamos mais. Desagrada-me a ideia de me fotografarem em momentos de privacidade para postar na internet.

Apesar de tudo isso e mesmo sabendo que andar escoltado seria a nossa rotina, apoiei meu marido para que ele desse o seu aceite ao Presidente.

Sobre o desafio de exercer o trabalho como Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sergio acreditava ser possível consolidar o combate à corrupção e ao crime violento da mesma forma que o candidato manifestava que essa ação seria uma das bandeiras no novo Governo.

Meu marido, então, embarcou sabendo que teria o meu apoio para qualquer decisão que viesse a tomar. Como sempre, as escolhas que envolvem o trabalho dele são debatidas porque impactam a minha vida e a de nossos filhos, mas, conforme eu relatei anteriormente, nunca me senti no direito de impor ou mesmo pedir que ele fizesse suas escolhas profissionais para me deixar em situação mais confortável emocionalmente. A mim interessa vê-lo feliz, realizado, e não uma pessoa frustrada. Jamais quis ser a causa da frustração de alguém, especialmente a dele.

Moro embarcou com destino ao Rio de Janeiro para conversar com Bolsonaro, levando consigo uma pauta temática que considerava indispensável ao Ministro de Estado por meio da qual pretendia consolidar atos de enfrentamento da corrupção, do crime organizado e crime violento: a agenda anticorrupção e anticrime organizado.

No mesmo voo de Curitiba com destino ao Rio, embarcaram também alguns jornalistas encarregados da cobertura da reunião do juiz da Lava Jato com o Presidente eleito. Eu não sabia qual seria a resposta que ele daria a Bolsonaro – e, na verdade, nem ele sabia, pois tudo iria depender do rumo da conversa entre os dois (que poderia ser de convergência ou divergência de projetos).

As manifestações públicas vindas do então candidato à Presidência, de acabar com o foro privilegiado, de ser contra a nomeação para cargos por motivos que não fossem técnicos, de não ser a favor do toma lá dá cá da velha política, faziam parecer que seria o início de um novo tempo, tão aguardado pelos brasileiros.

Um dos jornalistas que havia embarcado no mesmo voo partindo de Curitiba era a minha “fonte” e ia me mantendo informada da movimentação na casa do Presidente no Rio de Janeiro. Ao sair da reunião, Moro não se pronunciou para a imprensa, somente veio a fazê-lo mais tarde.

Aos jornalistas e veículos de comunicação, Bolsonaro teria dito algo como:

Conversamos por uns quarenta minutos. Ele expôs, logicamente, o que pretende fazer caso seja Ministro. Eu concordei com 100% do que ele propôs, né? Ele queria liberdade total para combater a corrupção e o crime organizado e um Ministério com poderes para tal. Eu até adiantei:

Quem sabe uma fração da Coaf dentro do Ministério da Justiça? A questão de a segurança ir para a Justiça, nós já tínhamos decidido, bem como as nomeações. Ele tem ampla liberdade para realmente exercer o trabalho lá. Da minha parte, sempre fui favorável a isso. Dei o sinal verde e ele aceitou o convite. Não podemos deixar continuar crescendo como está a violência no país via crime organizado. E o caminho para combater isso é seguir o dinheiro. E você tem que ter meios para tal. E o Ministério da Justiça daria todos os meios para Sergio Moro perseguir esse objetivo.

As agendas do Bolsonaro e do Moro de combate ao crime organizado e à corrupção pareciam atraídas por um ímã. E ele disse sim.

